



SECRETARIA DE ESTADO DA  
ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

TARDE

**CURSO DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL  
- MÓDULO 3**

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



**SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **30 (trinta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



**TEMPO**

- Você dispõe de **2 (duas) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão resposta;
- Para o preenchimento do cartão resposta use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão resposta;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão resposta, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do cartão resposta. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão resposta em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão resposta;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## Administração Pública Contemporânea

1

Em uma contratação pública, o gestor opta por utilizar o meio eletrônico e busca garantir ampla concorrência, maior publicidade e redução de decisões discricionárias mal justificadas.

Assinale a opção que indica a diretriz sobre procedimentos diretamente refletida por essa escolha, de acordo com as novidades trazidas pela lei nº 14.133/2021.

- (A) Retorno das modalidades convite e tomada de preços.
- (B) Preferência pelo meio eletrônico.
- (C) Supressão da disputa nas contratações públicas.
- (D) Ampliação das contratações diretas sem justificativa.
- (E) Prioridade ao procedimento presencial.

2

Ao analisar práticas administrativas históricas no Brasil, observa-se, em determinados períodos, o fenômeno do patrimonialismo, que tem como traço central

- (A) a clara separação entre patrimônio público e privado.
- (B) a adoção de critérios técnicos para ingresso no serviço público.
- (C) a confusão entre interesses públicos e privados na gestão estatal.
- (D) a gestão orientada por desempenho institucional.
- (E) o fortalecimento de mecanismos formais de controle.

3

Uma equipe discute a proposta de redesenhar um serviço público estadual utilizando novas abordagens, inclusive inteligência artificial, com foco em melhorar a experiência do cidadão e a eficiência governamental.

Essa proposta está diretamente alinhada ao conceito de inovação pública porque

- (A) prioriza exclusivamente a adoção de novas tecnologias digitais.
- (B) busca gerar valor público e melhorar serviços e a gestão governamental.
- (C) tem como objetivo principal reduzir custos e aumentar lucro.
- (D) restringe-se à automação de atividades internas.
- (E) elimina a necessidade de participação de pessoas e cultura organizacional.

4

No exercício de suas atribuições, um agente público demonstra plena capacidade de cumprir objetivos previamente definidos e atender às demandas institucionais sob sua responsabilidade, com bons resultados. Contudo, determinados aspectos de sua conduta funcional, especialmente no trato com terceiros, revelam incompatibilidade com padrões éticos esperados da atuação administrativa.

Considerando os princípios que orientam a Administração Pública, a situação descrita caracteriza um desalinhamento entre os princípios da:

- (A) Eficiência e moralidade.
- (B) Finalidade e economicidade.
- (C) Hierarquia e centralidade.
- (D) Publicidade e planejamento.
- (E) Proporcionalidade e confidencialidade.

5

O conceito de governança pública amplia a compreensão tradicional da atuação estatal ao enfatizar

- (A) a atuação isolada do Poder Executivo.
- (B) o predomínio exclusivo do controle interno.
- (C) a coordenação em redes envolvendo Estado, sociedade e setor privado.
- (D) a flexibilização completa das normas administrativas.
- (E) a centralização das decisões no alto escalão governamental.

6

Ao comparar uma iniciativa de inovação no setor público com práticas do setor privado, um gestor destaca que, no contexto governamental, o risco precisa ser tratado com maior cuidado. Isso ocorre principalmente porque a inovação pública

- (A) é orientada exclusivamente por resultados financeiros.
- (B) prescinde de marcos legais e controle.
- (C) envolve forte presença de controle, *accountability* e interesse público.
- (D) dispensa experimentação.
- (E) não admite uso de tecnologias digitais.

7

A exigência de divulgação dos atos administrativos, permitindo o controle social e institucional, está direta e principalmente associada ao princípio da

- (A) Hierarquia.
- (B) Publicidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Discricionariedade.
- (E) Continuidade do serviço público.

8

Ao buscar maior engajamento da equipe, um gestor constata que o governo não dispõe de recursos para ampliar incentivos financeiros. Mesmo assim, observa que os servidores demonstram maior comprometimento quando compreendem a relevância social das atividades que executam e quando confiam na atuação da liderança.

Considerando os elementos apresentados na situação descrita, esse engajamento está relacionado principalmente a:

- (A) Benefícios financeiros diretos.
- (B) Estabilidade funcional isoladamente.
- (C) Propósito e reconhecimento.
- (D) Avaliação formal de desempenho.
- (E) Estrutura hierárquica rígida.

9

A Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos, incorporou avanços importantes em relação aos modelos anteriores.

Entre seus objetivos centrais, destaca-se:

- (A) A eliminação da fase de planejamento.
- (B) A redução da transparência para ganho de agilidade.
- (C) A transferência integral da responsabilidade ao contratado.
- (D) A substituição da fiscalização pela confiança contratual.
- (E) O fortalecimento do planejamento, da gestão de riscos e do controle.

**10**

Ao discutir a implantação de um sistema de avaliação de desempenho, alguns servidores demonstram receio, associando avaliação a punição.

A resposta mais alinhada à questão apresentada seria afirmar que a avaliação de desempenho deve ser entendida como:

- (A) Instrumento disciplinar para correção de desvios.
- (B) Processo meramente formal e burocrático.
- (C) Forma de competição individual entre servidores.
- (D) Mecanismo de controle externo.
- (E) Ferramenta para orientar, alinhar expectativas e melhorar resultados.

**11**

No ciclo de políticas públicas, a etapa de avaliação tem como finalidade principal:

- (A) Analisar os resultados e impactos da política pública.
- (B) Formular alternativas de ação governamental.
- (C) Definir os problemas públicos prioritários.
- (D) Executar as ações previstas nos programas.
- (E) Realizar o controle judicial das decisões administrativas.

**12**

Segundo John Kingdon, a chamada “janela de oportunidade” para a formulação de políticas públicas se abre quando:

- (A) Há disponibilidade orçamentária suficiente.
- (B) Um novo gestor assume posição estratégica.
- (C) Problemas, alternativas e contexto político convergem.
- (D) A mídia exerce forte pressão sobre o governo.
- (E) O Poder Legislativo aprova nova legislação.

**13**

O Modelo dos Múltiplos Fluxos, desenvolvido por John Kingdon, explica a formulação de políticas públicas a partir da interação entre três fluxos principais, que são:

- (A) Problemas, política e opinião pública organizada.
- (B) Ambiente, problemas e política.
- (C) Política, mídia e instituições.
- (D) Problemas, alternativas e política.
- (E) Problemas, opinião pública e soluções técnicas.

**14**

No contexto da administração pública, a cultura organizacional pode ser compreendida como

- (A) o conjunto de normas formalmente escritas.
- (B) a estrutura hierárquica expressa no organograma.
- (C) valores, práticas e comportamentos compartilhados ao longo do tempo.
- (D) a legislação que regula o funcionamento institucional.
- (E) as regras impostas exclusivamente pela alta gestão.

**15**

Durante a execução contratual de serviços de limpeza predial, surgem indícios de que o serviço prestado não atende às especificações técnicas inicialmente definidas. O fiscal do contrato decide verificar os produtos utilizados e acionar suporte técnico interno antes de qualquer decisão.

Assinale a opção que indica a prática operacional com a qual a conduta fiscal está alinhada.

- (A) Controle concentrado exclusivamente ao final.
- (B) Atuação preventiva.
- (C) Ênfase excessiva no procedimento.
- (D) Dispensa de documentação.
- (E) Flexibilização das especificações técnicas.

**16**

Assinale a alternativa que melhor caracteriza a inovação no setor público, em comparação com a inovação no setor privado:

- (A) Tem como objetivo principal a maximização do lucro e a competitividade de mercado.
- (B) Prioriza exclusivamente o uso de novas tecnologias digitais.
- (C) Busca gerar valor público, respeitando marcos legais, controle e interesse coletivo.
- (D) Ocorre apenas em laboratórios de inovação e ambientes experimentais.
- (E) Depende unicamente da iniciativa individual dos gestores.

**17**

No contexto da administração pública contemporânea, o uso do Design Thinking contribui para o redesenho de serviços porque:

- (A) Substitui completamente as normas legais por soluções criativas.
- (B) Centraliza as decisões na estrutura hierárquica do órgão.
- (C) Enfatiza soluções padronizadas para todos os públicos.
- (D) Coloca o cidadão no centro do processo, considerando sua experiência e jornada.
- (E) Reduz a participação dos servidores no processo decisório.

**18**

Considerando o uso da inteligência artificial (IA) na administração pública, assinale a alternativa que apresenta uma aplicação adequada, em conformidade com princípios de eficiência, ética e proteção de dados.

- (A) Uso de IA para decisões administrativas totalmente automatizadas, sem supervisão humana.
- (B) Implementação de chatbots para atendimento ao cidadão, com supervisão humana, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados e princípios éticos.
- (C) Substituição integral dos servidores públicos por sistemas inteligentes.
- (D) Utilização de algoritmos opacos para acelerar decisões, mesmo sem transparência.
- (E) Aplicação de IA exclusivamente para fins internos, sem qualquer impacto positivo comprovado.

19

No campo da análise de políticas públicas, o conceito de Construção Social dos Problemas refere-se ao entendimento de que

- (A) um problema público existe apenas quando há comprovação técnica.
- (B) os problemas são definidos automaticamente.
- (C) um problema é definido apenas por indicadores objetivos.
- (D) uma condição torna-se problema quando é socialmente percebida como negativa.
- (E) a definição ocorre apenas dentro das instituições governamentais.

20

A Lei nº 14.133/2021 representa uma mudança relevante na lógica das contratações públicas brasileiras. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- (A) Licitação como parte de um ciclo orientado à governança, gestão de riscos e entrega de valor público.
- (B) Redução da importância do planejamento.
- (C) Substituição do controle administrativo pelo judicial.
- (D) Centralidade absoluta no cumprimento formal das etapas.
- (E) Ampliação irrestrita da discricionariedade do gestor.

## Fundamentos do Direito Público

21

O Estado de Sergipe, no intuito de cumprir metas de universalização de serviços essenciais previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/Agenda 2030), celebrou contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para a gestão integrada de resíduos sólidos. O contrato, regido pela Lei Federal nº 11.079/2004 e pela Lei Estadual nº 6.299/2007, estabelece uma matriz de riscos compartilhada. No terceiro ano de execução, uma alteração drástica e imprevisível na política cambial elevou o custo de manutenção das tecnologias importadas, gerando um desequilíbrio que ameaça a continuidade do serviço. O parceiro privado pleiteia a revisão imediata das cláusulas financeiras.

Diante do regime jurídico das parcerias e do princípio da supremacia do interesse público mitigado pela proteção da confiança legítima, a Administração Pública deve:

- (A) Indeferir o pedido de reequilíbrio, sob o argumento de que as metas sociais dos ODS possuem natureza de direito fundamental e se sobrepõem ao lucro do parceiro privado.
- (B) Promover a rescisão unilateral por conveniência administrativa, visto que a Lei Estadual nº 6.299/2007 veda o aditamento de valores em contratos de infraestrutura logística.
- (C) Permitir o reequilíbrio econômico-financeiro por meio de revisão contratual, com vistas a preservar a continuação do serviço público e a finalidade social da parceria.
- (D) Suspender a execução das metas ambientais vinculadas aos ODS até que o cenário macroeconômico se estabilize, reduzindo o ônus do parceiro privado sem aporte estatal.
- (E) Transferir integralmente o risco inflacionário ao Estado, por se tratar de serviço público essencial, independentemente de análise técnica sobre a álea extraordinária.

22

Um Especialista em Políticas Públicas (EPPGG) de Sergipe é designado para analisar a viabilidade jurídica de um projeto de lei que visa majorar a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores estaduais de 11% para 14%, visando reduzir o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Um sindicato de classe alega que a medida é inconstitucional, pois viola o direito adquirido ao regime jurídico vigente na data da posse e afronta o princípio da proibição do retrocesso social. Considerando a evolução do Direito Público e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), é certo afirmar que:

- (A) A lei é inconstitucional, uma vez que o servidor público possui direito adquirido à manutenção das alíquotas previdenciárias vigentes ao tempo do seu ingresso no cargo.
- (B) A majoração é vedada pelo princípio da segurança jurídica, sendo necessária a instituição de um regime de transição para todos os servidores que ingressaram antes da EC nº 103/2019.
- (C) A alteração é legítima, pois o STF entende que não há direito adquirido a regime jurídico, tendo de observar apenas o princípio da anterioridade e a vedação ao confisco.
- (D) O aumento da carga tributária previdenciária por lei local é incompetência do Estado, sendo matéria reservada exclusivamente à Lei Complementar Federal.
- (E) A sustentabilidade fiscal não constitui fundamento idôneo para a restrição de direitos fundamentais sociais, dada a natureza alimentar do benefício previdenciário.

23

No exercício de suas funções, um gestor público de um município sergipano enfrenta severa queda na arrecadação do ICMS e FPM. Para equilibrar as contas, ele decide contingenciar verbas da educação, não alcançando o mínimo constitucional de 25%. Em sua defesa perante o Tribunal de Contas, o gestor alega a *Cláusula da Reserva do Possível* e sustenta que as metas educacionais previstas nos ODS (Objetivo 4 - Educação de Qualidade) possuem caráter apenas exortativo e não vinculam juridicamente o orçamento municipal em tempos de crise.

À luz do Neoconstitucionalismo e do federalismo cooperativo, a tese do gestor

- (A) é procedente, pois a autonomia federativa permite que o Chefe do Executivo priorize gastos conforme a conveniência política em cenários de escassez comprovada.
- (B) é válida no tocante à *Reserva do Possível*, visto que o Poder Judiciário e os órgãos de controle não podem interferir na discricionariedade orçamentária do gestor.
- (C) é correta parcialmente, pois apenas o descumprimento do índice de saúde gera intervenção estadual, enquanto o de educação admite relativização.
- (D) não procede, pois a educação integra o núcleo do mínimo existencial e os ODS qualificam deveres constitucionais vinculantes, não sendo a crise financeira justificativa para o descumprimento de mínimos, desde que comprovada omissão estatal.
- (E) é aceitável apenas se o município comprovar que investiu o saldo remanescente em segurança pública, em aplicação do princípio da máxima efetividade dos direitos.

**24**

Um cidadão portador de enfermidade grave e rara ajuíza ação em face do Estado de Sergipe pleiteando a concessão de medicamento de alto valor econômico, já submetido ao controle técnico-sanitário e devidamente registrado na ANVISA, mas não incluído na lista oficial do SUS (RENAME). O Estado contesta a demanda alegando que a concessão judicial fere a separação de poderes e desorganiza o planejamento orçamentário da Secretaria de Saúde. Com base na tese de repercussão geral fixada pelo STF no RE 566.471, o magistrado, ao decidir, deve observar que o fornecimento:

- (A) Deve ser automático, em razão da primazia do direito à vida e do princípio da dignidade da pessoa humana sobre qualquer norma orçamentária.
- (B) Depende da demonstração da inexistência de alternativas terapêuticas no SUS, da incapacidade financeira do paciente e de evidência científica robusta.
- (C) É vedado, pois o Judiciário não possui competência técnica apta a substituir a discricionariedade administrativa na formulação da política pública farmecêutica.
- (D) Fica condicionado à prévia autorização da Assembleia Legislativa, por meio de abertura de crédito especial suplementar.
- (E) Só é permitido se o medicamento possuir valor inferior a 10 salários-mínimos, nos moldes do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade orçamentária.

**25**

A Secretaria de Administração de Sergipe recebe um pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI) para a divulgação da remuneração detalhada, incluindo verbas indenizatórias, de todos os consultores técnicos que prestam serviço ao Estado. O gestor responsável nega o acesso, fundamentando-se na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sob o argumento de que a exposição de nomes vinculados a valores financeiros violaria a privacidade e a segurança dos profissionais.

Considerando o regime constitucional da publicidade e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- (A) A conduta é legítima, pois a LGPD conferiu proteção especial aos dados financeiros, revogando os dispositivos da LAI que permitiam a identificação nominal de remunerações.
- (B) A publicidade é a regra na Administração Pública; dados sobre gastos com pessoal e agentes que atuam em nome do Estado são de interesse público e devem ser disponibilizados.
- (C) Deve prevalecer o sigilo sempre que o agente público ou consultor manifestar formalmente sua oposição à divulgação, em respeito à autodeterminação informativa.
- (D) Apenas o Poder Judiciário ou o Tribunal de Contas podem ter acesso a tais dados, sendo vedada a consulta direta pelo cidadão comum por meio de portais de transparência.
- (E) A LGPD aplica-se integralmente ao setor público de modo a substituir o princípio da publicidade pelo princípio da proteção integral do dado sensível.

**26**

Durante uma auditoria técnica, o Tribunal de Contas de Sergipe (TCE/SE) constata que um determinado ente subnacional disponibiliza as informações sobre a execução orçamentária e financeira apenas mediante requerimento presencial no protocolo central, alegando razões de segurança cibernética.

À luz da Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e da ementa de controles da administração, essa prática

- (A) atende ao requisito de transparência passiva, sendo suficiente para atender às exigências da legislação em vigor.
- (B) é facultativa para entes que comprovem limitações técnicas de infraestrutura de tecnologia da informação.
- (C) viola o dever de transparência ativa, que impõe a divulgação de dados em tempo real em meios eletrônicos de amplo acesso público.
- (D) é válida, desde que o ente assegure a resposta ao requerente no prazo máximo de 48 horas.
- (E) representa uma evolução na segurança dos dados públicos, conforme recomendado pelas novas diretrizes de governança digital.

**27**

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE), ao exercer o controle externo sobre um contrato de infraestrutura rodoviária de grande vulto, identifica graves irregularidades na execução contratual que podem gerar dano irreparável ao erário. Diante da urgência, o Colegiado do TC decide pela sustação imediata e definitiva do contrato administrativo.

Conforme o modelo constitucional de repartição de competências de controle

- (A) o Tribunal de Contas agiu corretamente, pois possui poder de polícia administrativo para anular contratos ilegais diretamente.
- (B) a sustação de contratos administrativos é ato de competência exclusiva do Poder Judiciário, sendo o TC apenas um órgão auxiliar.
- (C) a decisão do TC deve ser obrigatoriamente referendada por um plebiscito ou consulta popular, dada a natureza do serviço público.
- (D) o Tribunal de Contas só pode sustar o contrato após autorização expressa e prévia da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).
- (E) a competência para sustar diretamente o contrato é do Poder Legislativo; caso este não o faça, o Tribunal de Contas poderá decidir a respeito.

**28**

Um magistrado de primeiro grau em Sergipe, provocado por uma ação civil pública, determina que o Estado realize a reforma estrutural de uma unidade de pronto atendimento (UPA) no prazo de 60 dias, sob o argumento de que a precariedade das instalações viola o núcleo essencial do direito à saúde. O Estado recorre, alegando que a decisão judicial invade a discricionariedade administrativa e desconsidera as limitações orçamentárias.

Sobre a judicialização de políticas públicas pode-se afirmar que:

- (A) O Poder Judiciário não pode, em nenhuma hipótese, determinar a execução de obras públicas, extrapolando os limites da função jurisdicional e comprometendo a separação de poderes
- (B) A intervenção judicial é legítima para assegurar o mínimo existencial, não podendo o Estado invocar, de forma desarrazoada, a reserva do possível de forma genérica para se eximir do dever constitucional.
- (C) O magistrado deve sempre priorizar a decisão do gestor político, sendo a intervenção judicial permitida apenas em casos de corrupção comprovada.
- (D) A determinação judicial de reforma em unidades de saúde exige a prévia edição de lei autorizativa pelo Poder Legislativo local.
- (E) O controle judicial sobre políticas sociais é restrito à análise da legalidade formal do procedimento licitatório, vedada a análise da eficácia da política.

**29**

O Estado de Sergipe institui uma Sociedade de Economia Mista para atuar no mercado de distribuição de gás natural. Durante a estruturação da empresa, discute-se o seu regime jurídico.

Nos termos do Art. 173 da Constituição Federal e considerando as normas de Ordem Econômica

- (A) a empresa será beneficiada por privilégios fiscais não aplicáveis às empresas do setor privado, visando garantir a competitividade estatal.
- (B) o regime jurídico da empresa será o das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- (C) por se tratar de empresa pública, o recrutamento de pessoal dispensa a realização de concurso público, bastando o processo seletivo simplificado.
- (D) a exploração de atividade econômica pelo Estado é a regra no sistema constitucional brasileiro, dispensando a comprovação de interesse coletivo.
- (E) a sociedade de economia mista estatal não se submete ao controle do Tribunal de Contas por possuir personalidade jurídica de direito privado.

**30**

O Estado de Sergipe, visando promover a justiça social e a redução de desigualdades, decide aplicar alíquotas progressivas no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Um contribuinte questiona a medida, afirmando que a progressividade só é permitida para impostos de natureza pessoal, como o Imposto de Renda.

À luz do princípio da Capacidade Contributiva

- (A) a cobrança do ITCMD com alíquotas progressivas não viola a Constituição, pois a capacidade contributiva deve nortear a graduação dos impostos sempre que possível
- (B) o sistema tributário nacional veda o uso de impostos para fins de redistribuição de riqueza, possuindo apenas finalidade arrecadatória.
- (C) a progressividade do ITCMD é inconstitucional, pois se trata de um imposto sobre o patrimônio e não sobre a renda.
- (D) a progressividade tributária é competência exclusiva da União Federal, sendo vedada aos Estados e Municípios em qualquer modalidade de imposto.
- (E) a cobrança progressiva fere o princípio da isonomia tributária, pois trata contribuintes em situações idênticas de forma diferenciada.

Realização

